

## **II JORNADA DE TRABALHO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA<sup>1</sup>**

---

**NILSON VITAL NAVES\***

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça e  
Diretor-Geral da Enfam*

É na qualidade de Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados que, nesta manhã, encontro-me na abertura da auspiciosa “II Jornada de Trabalho sobre a Lei Maria da Penha”, querendo eu, a propósito da temática a ser abordada, tê-la na conta de oportuníssima para o Judiciário brasileiro e significativa para todos quantos se preocupam, como nós, com as questões do Direito, com a organização e funcionamento da Justiça e com a boa atuação do juiz.

Embora nossas aspirações – e isso não é de hoje nem de ontem, mas de muito tempo – voltem-se para a efetiva prestação jurisdicional, não podemos ignorar que não há como o Judiciário melhorar sem que, antes, bem se formem e mais se aprimorem os homens que nele lidam. Essa compreensão das coisas da Justiça – benéfica pelo seu alcance – fez sair das salas do Superior Tribunal a proposta de criação de uma escola de caráter nacional que contribuísse para o aperfeiçoamento da magistratura brasileira, uma escola que, dada a sua feição de convergência, fixasse diretrizes para uma prestação jurisdicional ágil, precisa e uníssona.

Em 12 de abril do ano passado, o Judiciário brasileiro assistiu, com esperança, à instalação desse grande empreendimento, digo, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, uma inédita previsão constitucional. Naquela ocasião, vimos estabelecer-se o

---

<sup>1</sup> Palavras proferidas na II Jornada de Trabalho sobre a Lei Maria da Penha, Brasília, 10.3.08.

que dispusera, ainda em fase embrionária, a Emenda nº 45, de 2004. Veio para funcionar junto ao Superior Tribunal de Justiça, com a imprescindível e eficaz colaboração dos tribunais estaduais e dos regionais.

Há menos de um ano instalada, a Escola está em fase de implementação – no meu entender, a mais difícil das fases não só porque o momento é de definição dos fundamentos em que se apoiará a magistratura de hoje e a de amanhã, difícil também porque não temos, até agora, corpo de servidores formado (há projeto de lei no Congresso Nacional, ainda não aprovado, que amplia o quadro de servidores do Superior Tribunal e destina uma parte dos cargos à Enfam).

Conquanto haja dificuldades, a Escola, todavia, vem definindo posições que permitam aos magistrados, além do conhecimento jurídico de alto nível, o domínio de metodologia e de técnica profissional que garanta a segurança jurídica. A propósito, entre as incumbências que lhe foram atribuídas, gostaria de referir pelo menos estas, talvez as mais importantes: regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura. A grande novidade é o curso de formação para ingresso na carreira: haverá de ser a etapa final do concurso para seleção de magistrados, nele se dará ênfase à formação humanística e pragmática do candidato, o qual, ao iniciar as atividades judicantes, já estará bem sintonizado com as necessidades da vida judiciária. Quanto aos cursos de aperfeiçoamento, a proposta, em suma, é a de criar uma cultura – boa, salutar – de educação continuada dos magistrados.

Por que estou a lhes falar dessas inovações? Porque creio – e tal sempre foi o meu convencimento – que não basta ao juiz a teoria. Espera-se nele encontrar sólida e ampla formação, pois cabe-lhe a garantia da eficácia das leis, a realização da justiça e a proteção das liberdades individuais, sobre o que repousa a melhor das democracias. Não é o juiz a Justiça imanente em cada causa?

Os juízes, pessoas da lei que são, dedicam-se a cumprir a lei e a executar suas ordens. Nem sempre, todos sabemos, a lei é justa. Pode ser válida sem ser justa. Também pode ser válida sem ser eficaz. Isso não nos aborrece tanto, porquanto o juiz é o intérprete da lei. Com ela está comprometido; haverá de lhe ser fiel, podendo, decerto, torná-la mais real do que ideal. Sobretudo por isso, não deve o magistrado proceder como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos, deve, porém, aperfeiçoá-los, havendo de ser intermediário entre a letra morta da norma e a vida real.

Em boa verdade, o juiz moderno tem sido desafiado a assumir, cada vez mais, papel ativo e criativo na interpretação das normas, adaptando-as, em nome da justiça, aos princípios, valores e exigências de seu tempo. Em tal sentido, a Lei Maria da Penha – editada com a finalidade de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher – e tantas outras leis, em razão das inovações e alterações legislativas que introduziram em nosso ordenamento jurídico, instigam-nos ao debate sobre esse processo de mudança e aperfeiçoamento do julgador. É nesse cenário que o papel institucional e constitucional da Enfam se reveste de grande significado, pois cabe-lhe promover a reflexão sobre o papel do magistrado na sociedade atual e aprimorar seja as qualidades pessoais do juiz, seja as competências técnicas. Aliás, um dos tópicos previstos no programa dos cursos de aperfeiçoamento são as inovações legislativas, e, quando propusemos isso, nós o fizemos visando criar, no Judiciário, ambiente propício à aplicação das novas leis.

Penso, portanto, que a Escola Nacional, ante o inflamado clamor público pela proteção dos históricos, imprescritíveis e irrenunciáveis direitos fundamentais (pressão legítima do processo democrático), tem seguido o seu rumo e vocação histórica. Por isso o nosso firme propósito de discutir a implementação da Lei Maria da Penha. Afinal, queremos reconhecer, naqueles que a Escola formará e

continuamente aperfeiçoará nas diversas matérias, magistrados que, em todas as circunstâncias, de maneira intangível, velem pela boa interpretação e melhor aplicação das leis e pela proteção das liberdades individuais.